



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro

**Prefeitura de Quissamã**

Rua Conde de Araruama, 425 – Centro

CEP 28.735-000 – Quissamã

**PROJETO DE LEI Nº DE 04 DE JUNHO DE 2024.**

**“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1892, DE  
22 DE NOVEMBRO DE 2019, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** O inciso V do artigo 1º da Lei Municipal nº 1892/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**V** – na manutenção, reforma e ampliação dos espaços utilizados pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito;”

**Art. 2º** O título da SEÇÃO II, contida no CAPÍTULO II, da Lei Municipal nº 1892/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“SEÇÃO II**

**DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE  
SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO JUNTO AO FUNDO  
MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO”**

**Art. 3º** O artigo 3º da Lei Municipal nº 1892/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º** São atribuições do(a) Secretário(a) Municipal de Segurança Pública e Trânsito junto ao Fundo Municipal de Segurança Pública e Trânsito:

I – gerir o Fundo Municipal de Segurança Pública e Trânsito – FMSPT, estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos, exercendo o controle da execução orçamentário-financeira em conjunto com o Comitê Gestor e Conselho Municipal de Segurança Pública;

II – acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – PMSPDS;



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro

**Prefeitura de Quissamã**

Rua Conde de Araruama, 425 – Centro

CEP 28.735-000 – Quissamã

- III – submeter ao Conselho Municipal de Segurança Pública as demonstrações de Receita e Despesas do Fundo;
- IV – assinar cheques juntamente com o responsável pela Tesouraria Municipal, quando for o caso;
- V – assinar as transferências financeiras e ordens bancárias junto com o responsável pela Tesouraria Municipal;
- VI – manter os controles necessários à execução orçamentária dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Segurança Pública e Trânsito – FMSPT, referentes a empenhos, liquidação, pagamento das despesas e recebimentos das receitas;
- VII – coordenar e controlar os convênios e contratos relacionados às ações e serviços realizados com recursos do Fundo Municipal de Segurança Pública e Trânsito – FMSPT;
- VIII – outras atividades afins.”

**Art. 4º** O artigo 8º da Lei Municipal nº 1892/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 8º** A Assessoria Executiva e Administrativa do FMSPT será designada por Ato do Chefe do Poder Executivo.”

**Art. 5º** O artigo 9º da Lei Municipal nº 1892/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 9º** Os recursos financeiros e materiais necessários ao funcionamento do FMSPT serão providos pela SESPT/DEMUTRAN.”

**Art. 6º** O artigo 10. da Lei Municipal nº 1892/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 10.** São atribuições do Assessor Executivo do Fundo Municipal de Segurança Pública e Trânsito:

- I – gerir o Fundo Municipal de Segurança Pública e Trânsito – FMSPT junto com o(a) Secretário(a) Municipal de Segurança Pública e Trânsito;



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro

**Prefeitura de Quissamã**

Rua Conde de Araruama, 425 – Centro

CEP 28.735-000 – Quissamã

- II – elaborar o Plano de Ação e Proposta Orçamentária do FMSPT a serem aprovados pelo Comitê Gestor;
- III – estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos e exercer o controle da execução orçamentário-financeira do Fundo Municipal de Segurança Pública e Trânsito – FMSPT;
- IV – acompanhar, avaliar e decidir, junto com o(a) Secretário(a) Municipal de Segurança Público e Trânsito, sobre as ações previstas no Plano Municipal de Segurança Público e Defesa Social – PMSPDS;
- V – manter os controles necessários à execução orçamentária dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Segurança Público e Trânsito – FMSPT;
- VI – prestar contas, no prazo legal, da aplicação dos recursos geridos pelo Fundo Municipal de Segurança Público e Trânsito – FMSPT;
- VII – firmar convênios, contratos e parcerias referentes a recursos geridos pelo Fundo Municipal de Segurança Pública e Trânsito – FMSPT;
- VIII – coordenar e controlar os convênios e contratos relacionados às ações e serviços realizados com recursos do Fundo Municipal de Segurança Pública e Trânsito – FMSPT;
- IX – preparar a pauta da reunião da convocação do Comitê Gestor, redigir a Ata e providenciar sua assinatura, após aprovação;
- X – gerenciar os bens patrimoniais adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Segurança Pública e Trânsito – FMSPT;
- XI – outras atividades afins.”

**Art. 7º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Quissamã, 04 de junho de 2024.**

  
**MARIA DE FÁTIMA PACHECO**  
Prefeita